

## O REINO ZULU, THEOPHILUS SHEPSTONE E A “QUESTÃO NATIVA” NA *CAPE MONTHLY MAGAZINE* (ÁFRICA DO SUL, DÉCADA DE 1870)

Evander Ruthieri da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O texto concentra-se na trajetória do administrador colonial Theophilus Shepstone (1817-1893), com ênfase em seu envolvimento na “questão nativa” na Colônia de Natal na metade do século XIX, em sua participação nas cerimônias de passagem de poder a Cetshwayo, *inkosi* do Reino Zulu na década de 1870, e no discurso colonial elaborado em *The Zulus*, texto publicado na revista *Cape Monthly Magazine* em 1875. A partir de um diálogo com a produção historiográfica sobre o tema, a atenção do artigo incide nas estratégias colonialistas adotadas por Shepstone em suas práticas e discursos políticos, sobretudo nos usos do passado e na apropriação de elementos da história política africana, bem como as iniciativas e resistências dos Zulus em parte desses processos.

**Palavras-chave:** África do Sul; Reino Zulu; colonialismo;

### THE ZULU KINGDOM, THEOPHILUS SHEPSTONE AND THE “NATIVE QUESTION” AT THE *CAPE MONTHLY MAGAZINE* (SOUTH AFRICA, 1870s)

**Abstract:** The essay focuses on the biography of the colonial administrator Theophilus Shepstone (1817-1893), with an emphasis on his involvement with the “native question” in Colony of Natal during mid-19th century, on his involvement with the ceremonies for crowning of Cetshwayo, the Zulu *inkosi* in the 1870s, and the colonial discourse elaborated in *The Zulus*, an article published in 1875 at the *Cape Monthly Magazine*. Through a dialogue with historiography on the subject, this analysis focuses on the colonialist strategies adopted by Shepstone in his political practices and discourses, especially uses of the past and appropriation of elements of African political history, as well as the Zulus' initiatives and resistances in part of these processes.

**Keywords:** South Africa; Zulu Kingdom; colonialism.

No início da década de 1870, o sul da África encontrava-se geopoliticamente dividido entre as colônias britânicas do Cabo e de Natal; as repúblicas bôeres do Transvaal (República Sul-Africana) e do Estado Livre de Orange; e os territórios africanos, em especial, o Reino Zulu, povo de língua e cultura Nguni. Profundas e significativas transformações sociais e econômicas afetaram a região após a descoberta das minas de ouro em Witwatersrand e de diamantes em Kimberley, ao norte da Colônia do Cabo, nas décadas de 1870 e 1880, situação que atraiu os interesses da elite colonial, em especial, por meio de demandas voltadas ao controle efetivo dos territórios de mineração e dos fluxos de trabalhadores migrantes oriundos de outras partes do continente africano (VAN ONSELEN, 2001). Essas descobertas, que promoveram a expansão dos interesses do imperialismo minerador e do capitalismo britânico,

---

<sup>1</sup> Professor de História da África na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com período de doutorado-sanduiche na University of Exeter (Reino Unido). Esse artigo integra a pesquisa “História, Literatura e Imprensa na África do Sul (Colônia do Cabo, décadas de 1850-1880)”, desenvolvida na UNILA. Email: [evander.silva@unila.edu.br](mailto:evander.silva@unila.edu.br)

também resultaram em conflitos territoriais e, por parte do colonato branco, em esforços para controlar a população africana, destinando-a ao papel de mão de obra barata e acessível. O contexto marcou aquilo que poderia ser caracterizado como um “processo de proletarização” de africanos negros (AJAYI, 2010, p. 922), baseado na expropriação das terras ancestrais pertencentes a reinos, linhagens ou chefias africanas, o que criaria um vasto número de populações sem-terra, deixados sem escolha a não ser o trabalho em condições rigorosas fixadas por seus rivais brancos.

Quanto à Colônia de Natal, convém mencionar que a região se tornou território britânico a partir de maio de 1843, momento em que os britânicos anexaram a República de Natal, de breve existência e estabelecida por emigrantes bôeres em uma área outrora pertencente aos Zulus. Em 1856, separou-se da Colônia do Cabo, e tornou-se um importante centro da administração britânica na região. De acordo com Norman Etherington, Natal distinguia-se pela existência de partidários do “expansionismo imperial”, isto é, um esforço conjunto da elite político-econômica local em expandir suas áreas de influência, sobretudo para territórios ocupados por reinos e chefias africanas, com o afã de controlar a mão de obra e o acesso às terras (ETHERINGTON, 1979). Em Natal, “os esforços empregados para obrigar os africanos a fornecerem essa força de trabalho foram em vão, devido às condições de trabalho medíocres e aos baixos salários oferecidos pelos plantadores” (BHEBE, 2010, p. 183). Por isso, o crescimento da lavoura açucareira na região, baseado no modelo de *plantation*, dependia fortemente da migração de trabalhadores africanos vindos do Norte, da África Central e da África Oriental, e muitos proprietários de terras envolveram-se com o comércio interno. Quaisquer ameaças às levadas migratórias e às fontes de mão de obra produziam demandas, da parte do colonato branco, pela intervenção britânica na região.

O caso de Theophilus Shepstone (1817-1893), por sua trajetória e atuação política, ilustra a questão territorial e a “questão nativa” na colônia britânica de Natal na metade do século XIX. Afinal, Shepstone, que era filho de um missionário britânico do sudoeste do Cabo Oriental e atuou no serviço civil desde a partir dos anos de 1830, ocupou o cargo de secretário de assuntos nativos desde 1856 e encarregado especial das relações com os Zulus na Colônia de Natal, o que, em termos práticos, tornava-o numa espécie de diplomata e, por seu conhecimento dos costumes e do isiZulu, uma referência na elaboração de políticas de tratamento aos nativos. Desde a década de 1840, havia sido um dos articulistas na criação de reservas para as populações nativas em Natal e, em entre 1876 e 1877, um dos responsáveis pela malfadada anexação da República Sul-Africana (Transvaal) às posses britânicas, questões

que faziam parte dos esforços promovidos no período sobretudo pelo Secretário das Colônias, Lord Carnarvon, para estabelecer uma confederação sul-africana governada por britânicos. Esse projeto político também passava pelos esforços de desmobilização do Reino Zulu, cuja independência passou a ser vista como uma ameaça aos interesses da elite colonial na exploração das terras africanas e da mão de obra nativa. As tensões entre britânicos e Zulus eclodiriam em 1879 na chamada Guerra Anglo-Zulu, que resultou na derrota do *inkosi* (rei, chefe) Cetshwayo kaMpande (1826-1884), na desarticulação de seus regimentos *amabutho* e instituições militares e na fragmentação do território Zulu.

O controle sobre o território do Transvaal era visto, da perspectiva de Shepstone e de outros dirigentes na Colônia de Natal, como uma das vias necessárias para a manutenção do fluxo de migrantes africanos do Norte, a serem empregados nas plantações de cana de açúcar e no trabalho com a mineração. A anexação do Transvaal estava vinculada ao esforço dos britânicos em liberar a mão de obra africana que, na república bôer, havia sido bloqueada por leis de passes estabelecidas entre 1873 e 1874, a fim de que “ela pudesse afluir livremente às minas de diamantes e aos canteiros de construção da estrada de ferro na colônia do Cabo” (BHEBE, 2010, p. 196). Como muitos dos seus contemporâneos em Natal, Shepstone acreditava que a expansão territorial dos domínios britânicos garantiria o controle da mão de obra africana, ameaçado pelos centros independentes de poder africano, por colônias rivais e pelas repúblicas bôeres. A anexação do Transvaal só fez crescer as expectativas de invasão colonial sobre os territórios Zulus, e após 1876, Cetshwayo passou ser associado pelos dirigentes coloniais ao despotismo militar e visto como um risco às colônias britânicas, sobretudo ao Transvaal, cujos limites avançavam sobre terras de litígio com os Zulus.

Naquele momento, Shepstone era lembrado por sua atuação no que alguns historiadores definiram como “*Locations System*” ou “sistema Shepstone”, um esquema de distribuição de reservas que, na metade do século XIX, visava segregar, organizar e controlar a população negra na Colônia de Natal (ETHERINGTON, 1989). O sistema, criado pela Comissão de Localização dos Nativos em 1846, marcaria a carreira política de Shepstone em Natal, mas seria profundamente questionado e desmantelado pelo governador Benjamin Pine na década seguinte. O esquema de governo indireto estava embasado na ideia de que as reservas de nativos manteriam o sistema tradicional de chefias nativas, embora submetidas à autoridade do colonato branco com a intenção de “civilizar” gradualmente as populações africanas (IVEY, 2008, p. 3).

O sistema implementado por Shepstone resultava da crença de que africanos negros estariam incapacitados para integrarem a sociedade colonial e, portanto, necessitavam ser “civilizados” com o auxílio de instituições religiosas e educacionais, sobretudo pela atuação do missionarismo. A despeito de divergências posteriores, sobretudo após o caso de Langalibalele, chefe dos Hlubi, em 1874<sup>2</sup>, Theophilus Shepstone manteve, nas décadas de 1850 e 1860, diálogos com J. W. Colenso, primeiro bispo de Natal, o qual idealizava um modelo de colonialismo missionarista a partir da aproximação entre a administração de Shepstone e a Igreja Anglicana (ETHERINGTON, 2019). A elaboração de políticas de tratamento aos africanos tornara-se particularmente urgente do ponto de vista dos administradores coloniais, que reverberavam as ansiedades do colonato branco com o crescimento quantitativo da população africana em Natal nas décadas de 1840 e 1850.

Na época, o fato era associado às políticas de expansão promovida pelos Zulus desde a década de 1820, que, na perspectiva dos administradores coloniais, teriam resultado na dispersão e migração forçada de milhares de africanos que cruzaram as fronteiras rumo à Colônia de Natal. Além disso, acordos e tratados firmados entre bôeres e Zulus resultaram no deslocamento de aproximadamente 17 mil Zulus para a região de Natal após o exílio do *inkosi* Mpande kaSenzangakhona em 1838. Antes de ser incorporada às posses britânicas, o *volksraad* bôer da República de Natal já havia proposto um sistema segregacionista para as populações africanas, com a intenção de criar uma vasta reserva nativa entre os rios Umtamfuna e Umzimvubu. Com a anexação, a administração colonial britânica optou pela descentralização, por intermédio da criação de múltiplas reservas, o envolvimento de missionários e a indicação de oficiais do governo para supervisionar o desenvolvimento e a segurança dos nativos em cada território. Shepstone foi designado agente diplomático para os nativos, e assumiu as rédeas da organização das reservas, por meio de boas doses de coerção e negociação com os *amakhosi* (chefes) locais (IVEY, 2003, p. 18-38).

---

<sup>2</sup> Desde o final da década de 1840, os Hlubi habitavam um vasto território na Colônia de Natal, entre Estocourt e a cordilheira de Drakensberg. A descoberta dos diamantes em Kimberley atraiu milhares de trabalhadores negros para a região de Natal, muitos dos quais jovens pagos por seu trabalho com armas e munição, prática considerada legal na Griqualândia Oriental. Em 1873, o governador de Natal, Benjamin Pine ordenara a prisão de Langalibalele após a resistência e recusa de seus súditos a registrar a posse das armas, e as tratativas de paz entre as partes envolvidas foram entrecortadas por conflitos armados entre as forças Hlubi e a guarda colonial. A prisão e o julgamento de Langalibalele em 1874, presidido por Benjamin Pine e Theophilus Shepstone, dividiu opiniões a respeito da legitimidade da jurisprudência adotada e a inconstância das políticas de tratamento aos africanos empregadas nas diferentes colônias britânicas. A questão tornara-se ainda mais acirrada com a intervenção do bispo Colenso, o qual acusava a administração colonial de promover grave injustiça e falsas acusações contra Langalibalele (Ver: MOKOENA, 2019).

Shepstone considerava que a política de reservas nativas, desenvolvida e implementada entre 1846 e 1852, resolveria os choques advindos pelos conflitos em torno da posse de terras, especialmente entre os bôeres e os Zulus. Nas reservas, a população africana estaria submetida à vigilância de magistrados brancos, conservando as autoridades locais das chefias africanas e “tornando a *lei nativa* um princípio orientador das sentenças e deliberações” (SANTOS, 2017, p. 188). A política nativa idealizada por Shepstone sustentava-se na premissa de que as culturas e sociedades africanas estavam constituídas de modo estático, em “em linhagens identificáveis que ocupavam áreas circunscritas” (ETHERINGTON, 1989, p. 181). Contudo, ao mesmo tempo, elementos de origem europeia seriam gradativamente incorporados nas reservas, ao exemplo de escolas e missionários que atuariam como agentes de cristianização e aculturação, para assim romper gradativamente com as autoridades tradicionais africanas e suas instituições políticas e religiosas.

Embora a determinação pessoal de Shepstone tenha levado parte da historiografia colonial a retratá-lo como um defensor das culturas africanas e um ávido opositor aos esquemas de exploração de africanos pelos colonos brancos, essa imagem idealizada tem sido recentemente problematizada. Isto porque as evidências demonstram que, nos momentos precedentes ao estabelecimento das reservas, Shepstone manifestou apoio aos interesses de exploração dos trabalhadores africanos e dos recursos minerais da região, e que a própria política de distribuição de terras e reservas facilitaria o cerceamento da mão de obra africana. Não obstante, após o desmantelamento do “*Locations System*” em 1852, Shepstone apoiou a Lei de Refugiados de 1854, que obrigava todos os africanos recém chegados em Natal a cumprirem três anos de serviço em obras públicas ou nas fazendas a um salário fixo. Finalmente, os interesses de Shepstone por territórios mais afastados do litoral entrecruzavam ambições pessoais e políticas oficiais, já que sua família e alguns de seus associados estavam envolvidos com projetos de exploração de recursos africanos (ETHERINGTON, 1979; SANTOS, 2017).

Com a abolição do “*Locations System*” por Benjamin Pine, governador da Colônia de Natal no início da década de 1850, Shepstone propôs o estabelecimento de um vasto território ao sul do rio Umkomanzi, com o objetivo de abrigar permanentemente as populações nativas que previamente ocupavam as reservas instituídas pelo esquema. Na sua perspectiva, a abolição do sistema de reservas daria início a um processo de reintegração forçada entre brancos e africanos negros. Shepstone idealizou o que Jacob Mckinnon Ivey denomina de “*Grand Removal Scheme*”, mediante o qual a população nativa de Natal seria forçadamente realocada

e segregada em um novo território fora das fronteiras ao sul da colônia. No mesmo período, iniciou uma série de negociações com Faku, *inkosi* dos Mpondo, no afã de garantir acesso às terras necessárias ao esquema e assegurar a autoridade do administrador sobre as populações nativas a serem realocadas. Os esquemas de Shepstone assumiram feições segregacionistas, ancoradas no que observava como uma desigualdade natural entre as diferentes raças, o que justificaria a criação de territórios separados para africanos negros no intento de “civilizá-los”. Embora o plano tenha sido preliminarmente aceito pelo governador Pine, seu sucessor, George Grey, designado ao cargo em 1854, opôs-se ao esquema sob a alegação dos custos excessivos, decisão que inviabilizou a sua implantação (IVEY, 2003, p. 66-72).

Em suma, a política nativista adotada por Theophilus Shepstone durante sua gestão enquanto Secretário de Assuntos Nativos, entre as décadas de 1840 e 1850, visava gradativamente disseminar ideais e comportamentos considerados como civilizados entre os africanos negros de Natal na metade do século XIX, para assim garantir acesso fácil à mão de obra e, ao mesmo tempo, neutralizar as resistências africanas diante do avanço do colonialismo. O estabelecimento das reservas nativas, elemento chave em seu sistema territorial, seria viável graças a acordos e tratados firmados com as chefias locais, circunstância sintomática do jogo de coerções e negociações estabelecidas entre a administração colonial e as populações nativas no período em questão. O reconhecimento da diplomacia e das visitas oficiais às lideranças africanas também transparece na década de 1870, em particular, no momento imediatamente anterior à anexação do Transvaal às posses britânicas. Esses encontros são sugestivos do que Mary Louise Pratt designou de “zonas de contato” do colonialismo, isto é, “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”, ao exemplo do “colonialismo, o escravismo ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p. 27).

### **Encontros coloniais: Theophilus Shepstone e a “coroação” do *inkosi* Cetshwayo**

No início da década de 1870, o Reino Zulu abrangia uma área que se estendia da costa do Oceano Índico, ao Rio Tugela no Sul e ao Rio Pongola no Norte. O Reino Zulu foi estabelecido na década de 1820 por Shaka kaSenzangakhona, em um contexto demarcado por significativas transformações sociais e políticas na região, iniciadas nas últimas décadas do século XVIII, que levaram à expansão das áreas de influência de novas linhagens dominantes (ELDREDGE, 2014). Uma das reformas mais significativas introduzidas por Shaka foi a

instituição de um exército permanente, composto por guerreiros armados com azagaias (assegais) e protegidos com escudos ovais feitos de pele de boi; ademais, Shaka aprimorou o sistema *amabutho*, regimentos de guerreiros distribuídos por faixas etárias e vinculados, por meio de rituais de iniciação e símbolos, à linhagem dominante. Após sua morte em 1828, Shaka foi sucedido por Dingane, seu meio-irmão, o qual entrou em conflitos com os *trekkers*, bôeres que deixaram a Colônia do Cabo rumo ao interior do subcontinente na metade dos anos de 1830. A força política e militar dos Zulus, em particular nos tempos de Cetshwayo, representava um obstáculo para a formalização das anexações territoriais orquestradas pelo então Secretário de Estado das Colônias, Lord Carnarvon, que em 1877 defendeu junto ao Parlamento britânico o Ato de Confederação Permissiva, com a intenção de autorizar a criação da confederação de colônias e estados na África do Sul.

Cetshwayo ascendeu ao poder no Reino Zulu como resultado, entre outros fatores, de conflitos dinásticos. Em 1839, o *inkosi* Mpande reconheceu a legitimidade de seu filho Cetshwayo como herdeiro, contudo, passou a temer sua crescente influência política e militar, especialmente durante as ofensivas contra Mswati II, *inkosi* dos Swazi, em 1852, que deixaram evidente sua capacidade de articulação militar. No início da década de 1850, Mpande redirecionou seus favoritismos a outro filho, Mbuyazi kaMpande e, em um esforço para evitar rivalidades, tentou realocar Mbuyazi e seus seguidores, os izGqoza, ao norte do território Zulu, e Cetshwayo e seus seguidores uSuthu na região ao sul. Diferentes signos de transmissão de poder possivelmente perpassavam as aspirações ao trono: no caso de Mbuyazi, o fator matrilinear, por ser filho de Mpande e de uma das viúvas de Shaka. Em 1856, as tensões entre os grupos rivais escalaram em uma guerra civil, que levou à derrota dos izGqoza e seus aliados izNqobo pelas forças de Cetshwayo na batalha de Ndongakusuka. A morte de Mbuyazi reforçou a legitimação de Cetshwayo, e, na década de 1870, as redes de poder e guerreiros do Reino Zulu eram vistas pelos britânicos como ameaças para a unificação dos territórios ao sul da África.

Em 1873, Theophilus Shepstone participou de forma ativa em uma das cerimônias de passagem de poder de Cetshwayo. De acordo com Carolyn Hamilton, a inclusão de Shepstone nas cerimônias era carregada com simbolismos, na medida em que o administrador colonial assumia o “papel” de Shaka, *inkosi* que, desde a década de 1830, era descrito por relatos de viajantes e comerciantes europeus como um tirano monstruoso, numa imagem que começou a ganhar forma na interação com a oralidade africana, sobretudo de grupos deslocados pelos Zulus, tais como os Qwabe. Pela ocasião das cerimônias de Cetshwayo, os *amakhosi* (os chefes das linhagens) Zulus enviaram uma mensagem às autoridades da Colônia de Natal informando

que “pela lei Zulu, o Sr. Shepstone representa Chaka, e, portanto, no lugar do pai de Cetywayo; que ele foi a testemunha diante de quem Cetywayo foi proclamado herdeiro por Panda mais de dez anos atrás, e que ele representa o governo britânico” (HAMILTON, 1998, p. 72). Ao aceitar o convite e assumir o “manto de Shaka”, Shepstone, a partir da “lógica cultural dos oficiais coloniais de Natal” (HAMILTON, 1998, p. 74), se apropriava de elementos da história política africana e ressignificava valores e tradições Zulus, para defender interesses coloniais ancorados em um modelo centralizado de governo, na intenção de impor um controle mais efetivo das populações africanas.

Os ritos de passagem de poder representam um momento importante na lógica cultural, política e religiosa dos Zulus nos tempos de Cetshwayo. Como sumariza Gabriela Aparecida dos Santos, entre os povos de língua e cultura Nguni, incluindo os Zulus, “a morte de um soberano representava a passagem de uma situação de estabilidade para um momento de incertezas e indefinições, ainda que breve” (SANTOS, 2010, p. 64). Imediatamente após a morte de Mpande, Cetshwayo provavelmente passou a conduzir as cerimônias funerárias, que incluíam o sacrifício ritual de um touro negro; a bexiga do animal morto seria utilizado em cerimônias purificadoras e, depois disso, o corpo do *inkosi* morto revestido na pele do touro sacrificado até ficar em estado de putrefação. Nesse ínterim, objetos cotidianos e de valor ritual seriam coletados, queimados ou posicionados junto ao corpo. O gado bovino era considerado pelas sociedades Nguni como uma fonte de riqueza e, além disso, “ao touro, em especial, e à sua condição de bem econômico, atrelava-se um valor religioso, de propiciação e transmissão de força, enquanto ao boi se reservava a função ritual de aplacar os espíritos em cólera e atrair as bençãos dos antepassados” (SANTOS, 2010, p. 65). Dessa forma, a fusão do corpo do *inkosi* morto à pele do touro sacrificado adquiria um forte simbolismo religioso e político, para garantir a continuidade e “reestabelecer a ordem provisoriamente suspensa pela morte” (SANTOS, 2010, p. 65).

A presença de Shepstone na cerimônia de passagem, que durante muito tempo foi considerada como um “gesto imperial vazio de significado”, envolveu um batalhão da Royal Durban Artillery, um regimento militar, uma banda marcial, cerca de trezentos Zulus e suas lideranças, além de elementos simbólicos: um amplo palanque, uma coroa e um manto em escarlate e dourado. Shepstone planejava atravessar o território Zulu rumo à povoação (*umuzi*) de Cetshwayo, e, então, apresentá-lo enquanto soberano diante de sua nação, simultaneamente estabelecendo parâmetros de controle colonial sobre o reino, transformando o *inkosi* em um vassalo. Nesse meio tempo, contudo, outra cerimônia era realizada por Masiphula kaMamba,



que ocupou funções políticas de proeminência durante o potestado de Mpande, e comandou a passagem de poder para Cetshwayo em uma área ritualmente significativa (*emakhosini*), cercada pelos túmulos dos primeiros *amakhosi*, e onde Shaka havia sido anteriormente proclamado chefe dos Zulus. Com a chegada de Shepstone, os oficiais de Cetshwayo propuseram que as cerimônias envolvendo o administrador colonial fossem realizadas em local afastado do *emakhosini*, mais próximo do ajuntamento militar do *inkosi*, em Lambongwenya. Na avaliação de Hamilton, essa mudança de cenário “diminuiu o papel de Shepstone nos eventos. As narrativas de Shepstone revelam que uma estratégia de contenção também foi implementada pelos líderes Zulus em diversas outras formas” (HAMILTON, 1998, p. 76-77).

No contato entre Cetshwayo e Shepstone antes da realização da cerimônia, o administrador colonial tentou esboçar um acordo implicando no apoio dos Zulus quanto às disputas territoriais nas fronteiras entre a Colônia de Natal e o Transvaal bôer. No dia seguinte, a procissão liderada por Shepstone adentrou em Lambongwenya e o oficial, em isiZulu, proclamou uma série de “leis”, que determinavam as condições para sentenças de morte e proibindo uma série de violências arbitrárias no Reino Zulu. A partir desse momento, Cetshwayo foi revestido pelo manto e coroado por Shepstone e posteriormente apresentado aos seus oficiais, conselheiros e familiares como “um homem e um Rei” (HAMILTON, 1998, p. 77-78). Do ponto de vista dos relatórios de Shepstone, ao assumir o manto de Shaka e “coroar” Cetshwayo, o oficial havia exercido um gesto colonial por excelência, implicando seu reconhecimento pelo *inkosi* era uma evidência da suserania britânica sobre o Reino. Entretanto, os mesmos relatos evidenciam rastros das agências africanas nos cerimoniais, em especial o modo como Cetshwayo taticamente esquivava-se dessas implicações, sugerindo, inclusive, que seu reconhecimento enquanto *inkosi* havia partido, em primeiro lugar, dos próprios Zulus. Os relatos evidenciam que Cetshwayo habilmente resistia a algumas das imposições de Shepstone, ao mesmo tempo em que aceitava outras, em especial aquelas que acarretavam no apoio e proteção britânica (COPE, 1985, p. 11-31).

Do ponto de vista dos *amakhosi*, a inclusão de Shepstone nas cerimônias de passagem de poder para Cetshwayo resultaria no apoio dos britânicos, em especial, nas disputas territoriais contra os bôeres transvaalenses sobre os limites geopolíticos na área do Rio Ncome. Além disso, é preciso lembrar que a trajetória de Cetshwayo envolveu conflitos com seu meio-irmão, Mbuyazi, e, portanto, o convite ao administrador colonial contribuiria para sedimentar a passagem de poder político diante da possível ameaça representada por outros membros da família real (ao exemplo de seus meio-irmãos, realocados na Colônia de Natal) ou mesmo para

reforçar sua autoridade diante dos *amakhosi* que constituíam a base política do Reino. Da parte de Shepstone, a participação nos cerimoniais não resultava em benefícios diretos para Natal, além da sugestão de governo indireto sobre os Zulus. Entretanto, os eventos ocorreram em um momento no qual Shepstone enfrentava constante insatisfação do colonato branco sobre o controle de terras e mão de obra, assim como temores de uma possível invasão Zulu, o que explica as várias determinações sugeridas pelo administrador durante as cerimônias. Portanto, em sua lógica, os ritos de passagem permitiriam influência política de Natal sobre os Zulus, mesmo que pelo modelo de um governo indireto, e em consequência, sobre todos os africanos da região, controlando seus movimentos migratórios e garantindo acesso à força laboral africana (IVEY, 2008, p. 86-88).

Em suma, as cerimônias evidenciam que as práticas políticas coloniais, especialmente voltadas ao controle da população africana negra, envolviam em uma rede intrincada de processos e encontros com “formas alternativas de autoridade, conhecimento e poder” (MCCLINTOCK, 2010, p. 21), os quais também promoveram “processos de mutação cultural e inquieta (des)continuidade que ultrapassam o discurso racial e evitam a captura por seus agentes” (GILROY, 2001, p. 35) – enfim, uma situação histórica contestada, em conflito, mesmo que em um contexto de fortes hierarquias e desigualdades de poder político. Nos anos seguintes, Cetshwayo tentou consolidar o poder real que havia sido subvertido pelos *amakhosi*, bem como revitalizar o sistema *amabutho*, modelo de formação de guerreiros profundamente enraizado na organização sociocultural Zulu. Embora as políticas de Cetshwayo seguissem originalmente certa cordialidade diplomática com os britânicos de Natal, a anexação do Transvaal pelos britânicos, cujo território avançava sobre as terras pertencentes ao Reino Zulu, tornou as relações muito mais hostis, e as negociações foram infrutíferas, culminando na guerra Anglo-Zulu em 1879. Em partes, as justificativas para o início da guerra estavam relacionadas às cerimônias de passagem de poder, afinal, alegavam os britânicos, Cetshwayo não havia cumprido com as “obrigações” estabelecidas, talvez unilateralmente, por Shepstone na ocasião.

### **Usos do passado e colonialismo: *The Zulus* (1875)**

Theophilus Shepstone contribuiu para a popularização da imagem de Shaka enquanto um líder autocrático, porém efetivo, com o afã de justificar as ações autoritárias de seu departamento em nome de uma tradição costumeira, isto é, uma política nativa centralizada e autoritária. Shepstone mobilizou esse modelo político no momento de passagem de poder a

Cetshwayo em 1873, já que, como relatou um testemunho da época, Shepstone “foi solenemente anunciado como um rei Zulu, para permanecer no lugar do grande fundador da nação deles, Chaka (...). Por mais estranho que pareça, investiu-se no Sr. Shepstone todos os atributos de um rei Zulu, como o poder de estabelecer leis, ou ordenar execuções” (HAGGARD, 1896, p. 10). Em linhas gerais, Shepstone interpretava o sistema militar-administrativo de Shaka como um paradigma exemplar de administração nativa, o que exigia amplo conhecimento das práticas culturais e das instituições locais. Nesse sentido, ao longo das décadas de 1860 e 1870, o oficial investigou e escreveu sobre a história política dos Zulus, constantemente ressignificando e enfatizando determinados elementos para compor narrativas que reforçassem a autoridade colonial na região ao sul do Rio Zambezi.

Em agosto de 1875, Shepstone publicou, na revista científico-literária *Cape Monthly Magazine*, o ensaio “The Zulus”, onde realizou um exercício de periodização da história política do Reino Zulu. Até aquele momento, havia redigido relatórios oficiais cuja publicação permaneceria inédita até, pelo menos, a década de 1880. No conjunto, seus escritos acerca da história política dos Zulus fornecem perspectivas ambíguas, e mesmo contraditórias. Em 1864, a serviço do departamento de assuntos nativos de Natal, Shepstone redigiu dois textos, “*Inhabitants*” e “*Historic Sketch*”, que tratavam das migrações internas nas três primeiras décadas do século. Em “*Inhabitants*”, Shepstone elaborou noventa e três pequenos relatos sobre as linhagens africanas em Natal, responsabilizando os Zulus, os Ngwane, Thembu, Chunu e Bhaca pela aniquilação de parte expressiva desses grupos. Em “*Historic Sketch*”, redigido pouco tempo depois, Shepstone afirma que Shaka, o *inkosi* Zulu, havia apenas aniquilado as elites dirigentes dessas linhagens e chefias africanas, substituindo suas lideranças e incorporando as populações ao Reino Zulu (RICHNER, 2005, p. 96-97). Portanto, nos escritos desse período, a responsabilização pelo chamado “*mfecane*”<sup>3</sup> recaía sobre diversos centros de poder político que emergiram no início do século.

A publicação de seu “*Historical Sketch*” na *Cape Monthly Magazine* é particularmente significativa. Registro significativo da produção cultural e intelectual na Colônia do Cabo, a revista *Cape Monthly Magazine* iniciou sua publicação em janeiro de 1857. O periódico mensal

---

<sup>3</sup> *Mfecane*: neologismo cunhado pela historiografia no século XX e comumente traduzido como “esmagamento”, utilizado para designar uma série de transformações históricas e migrações populacionais transcorridas na África do Sul do início do século XIX. A respeito dos debates em torno do conceito de *mfecane* na historiografia sul-africana e dos usos políticos do passado, ver: ETHERINGTON, Norman. *The Great Treks: the transformation of Southern Africa (1815-1854)*. Londres: Longman, 2001; GUMP, James. Origins of the Zulu Kingdom. *The Historian*, v. 50, n. 4, p. 521-534, 1988; COBBING, Julian. The Mfecane as Alibi: Thoughts on Dithakong and Mbolombo. *Journal of African History*, v. 29, p. 487-519, 1988.

configurava um esforço de divulgação e circulação de ideias e encontrava-se no ponto de convergência de diversas instituições científicas, históricas e culturais fundadas nos decênios anteriores, tais como a *South African Library* (criada em 1818) e o *South African Museum* (1825), e dedicava parte significativa de suas páginas impressas para promover as atividades desses centros de produção cultural. Ao lado do parlamento local, da imprensa periódica e da Universidade do Cabo, fundada em 1829 sob a designação de *South African College*, a *Cape Monthly Magazine* contribuiu “significativamente para o senso de empreendedorismo colonial e pertencimento que se desenvolveu significativamente durante o período de transição entre um governo representativo, estabelecido em 1853, e um governo autônomo” (DUBOW, 2006, p. 71), em 1872. Além de sua função social, por noticiar acontecimentos nos clubes e instituições coloniais, a revista constituiu lugar significativo na disseminação de novas pesquisas desenvolvidas naquele contexto em diversos campos de conhecimento, em especial nas áreas de literatura, filosofia, religião, ciências naturais, botânica, geologia, paleontologia e antropologia.

No que se refere ao ensaio publicado na *Cape Monthly Magazine*, Shepstone mobiliza uma divisão temporal da história da Colônia de Natal e do Reino Zulu em três principais períodos, os quais teriam sido perpassados por uma “revolução na condição social bem como política” (SHEPSTONE, 1875, p. 95). A primeira fase seria marcada por um longo período de relações sociopolíticas edênicas entre as linhagens africanas, e que perduraram por tempos imemoriáveis até 1812. Nessa primeira fase, a “região foi densamente habitada por numerosas tribos, sob chefes independentes. Essas tribos [sic] viviam muito próximas, de modo que mudanças de territórios eram difíceis, se não impossíveis. Eles casavam-se uns com os outros (...) viviam em facilidade e abundância, e em paz com seus vizinhos” (SHEPSTONE, 1875, p. 95). Com pouco ou nenhum contato com a presença colonial na África Austral, os povos africanos desse período não “lutavam para derramar sangue, ou queimar casas, ou capturar gado, ou destruir uns aos outros, mas para resolver problemas” (SHEPSTONE, 1875, p. 96). Observa-se, em um primeiro momento, a idealização do africano enquanto um “bom selvagem”, pacífico e sem tendências à guerra, caracterização inserida em uma tradição literário-filosófica que remete aos ideais iluministas do século XVIII, momento em que a variação humana era discutida por europeus em especulações científicas, religiosas e filosóficas (CURRAN, 2013).

Esse estado edênico sofreria uma transformação significativa em 1812, embora as raízes tivessem se iniciado, na ótica de Shepstone, pelo menos vinte anos antes, quando as linhagens

africanas do interior do subcontinente tiveram contato com “a primeira lição da civilização”, que inaugurou “a segunda, ou a turbulenta fase da sua história” (SHEPSTONE, 1875, p. 97). Na lógica do administrador colonial, o contato com europeus no Cabo teria germinado o “espírito militar, e causado a introdução de uma organização militar”. Inicialmente, a introdução desse “espírito militar” teria causado a conquista e a incorporação das linhagens africanas em centros de poder; contudo, foi com o “gênio sanguinário de Chaka que o extermínio, o maior possível” passou a “seguir cada conquista” (SHEPSTONE, 1875, p. 97). Como resultado, nas primeiras duas décadas do século, a formação do Reino Zulu e dos seus regimentos militares teriam causado dois efeitos simultâneos: primeiro, forçaram milhares de africanos a migrar rumo ao território que, posteriormente, seria ocupado pelas colônias britânicas; e, segundo, provocou uma militarização agressiva de outros potentados africanos, seguindo o modelo estabelecido por Shaka. Em tom melodramático, Shepstone afirma que “onda após onda de desolação afetou a terra” e o “instinto por autopreservação, estimulado pelo terror, transformou amigos em inimigos” (SHEPSTONE, 1875, p. 97).

Shepstone ainda afirma que, dentre os efeitos colaterais provocados pelo avanço dos regimentos Zulu, constava o saque ou a apropriação de colheitas, o que levou à fome generalizada e, somado ao clima de “desmoralização”, converteu diversas linhagens em canibais. As narrativas de canibalismo integravam os relatos de missionários e viajantes que descreveram as regiões de Natal, do Transvaal e do vale Caledon durante a primeira metade do século XIX, e faziam parte do imaginário de muitos europeus a respeito do interior da África do Sul. As práticas de canibalismo e escravidão, com certa frequência inter-relacionadas, integravam a imaginação literária e as ficções que definiam a África enquanto um “continente negro”. Essa percepção foi intensificada nas últimas décadas do século com a proliferação de relatos de viajantes e antropólogos e com o acirramento da corrida colonial. Os relatos de europeus sobre o canibalismo reforçavam estereótipos racistas que observavam em seus praticantes os estágios mais inferiores da evolução humana e ofereciam uma legitimação política, de base pseudocientífica, para justificar o domínio das terras ultramarinas por europeus vistos como civilizados ao legitimar o extermínio das “raças menos desenvolvidas” (BRANTLINGER, 1985).

Em seu ensaio, Shepstone culpabiliza os Zulus, e o *inkosi* Shaka de forma mais específica, pela instauração do estado de violência e barbarismo na região. Para tanto, o administrador perfaz uma incursão à trajetória individual de Shaka e à formação do seu reino. Relata que, até o final do século XVIII, os Zulus não passavam de um “pequeno coletivo de

famílias”, tributário dos Umtweta (a confederação Mthethwa), cujo chefe, Godongwana, havia sido obrigado a fugir em meio a disputas dinásticas com seu irmão, Tana. Antes de regressar, Godongwana teria viajado à Colônia do Cabo, “e deve ter vivido ou trabalhado para algum colono”, período no qual “adquiriu informação, ou fez observações, que seriam responsáveis por causar grande mudança na sua terra nativa e nas regiões ao redor”. Na Colônia do Cabo, Godongwana teria aprendido o “valor da disciplina e do treinamento”, o que teria levado, após seu regresso, à formação de regimentos permanentes, uma “força regular e formidável em seu comando”. Godongwana também teria alterado seu nome para Dingiswayo, “aquele que vagueia” (SHEPSTONE, 1875, p. 100-102).

Nesse ponto, Shepstone esforça-se para caracterizar os africanos enquanto meros “copistas”, destituídos de originalidade político-militar ou agencialidade, e organizando-se a partir de princípios europeus. No ínterim, Shaka, o filho ilegítimo de Senzangakhona, o *inkosi* da linhagem Zulu, teria ascendido politicamente, atuando nos regimentos a serviço de Dingiswayo e, ao “adquirir poder, adotou o sistema intransigente que levou o nome Zulu a tamanho renome na África do Sul” (SHEPSTONE, 1875, p. 102-103). A aliança entre os Zulus e os Umtweta (Mthethwa) resultou no avanço dessas linhagens africanas sobre o território ocupado posteriormente pela Colônia de Natal, e os efeitos provocados foram causados “por Chaka, sozinho. Seu gênio não suportava oposição” (SHEPSTONE, 1875, p. 103). Em suma, Shepstone interpreta que, nessa segunda fase, o “mesmo barbarismo, os mesmos povos, e a mesma região” teriam sido profundamente afetados por uma “pitada de civilização”, que transformou “milhares de milhas quadradas literalmente em um deserto, derramou rios de sangue, aniquilou comunidades inteiras, e tornou os membros de outras em canibais” (SHEPSTONE, 1875, p. 103).

A terceira fase teria sido inaugurada pela chegada dos *trekkers* na década de 1830, dos colonos bôeres que deixaram a Colônia do Cabo para afastarem-se da esfera de influência política britânica, e que teriam instaurado o “reavivamento da esperança”. Nesse momento, na perspectiva de Shepstone, os avanços da “civilização”, sobretudo por meio da ação de agentes da administração colonial e missionários europeus, teriam levado a um “melhoramento” na condição dos africanos sobreviventes. No desfecho, que retoma certa perspectiva autobiográfica, Shepstone relembra ter “contribuído, e não pouco, para o cultivo da civilização nessa terra para algum propósito sábio e beneficente” (SHEPSTONE, 1875, p. 104).

Como se pode perceber, em “The Zulus”, Theophilus Shepstone estabelece as bases para um discurso colonial em torno das transformações sociais e políticas no interior do

subcontinente sul-africano nas primeiras décadas do século XIX, culpabilizando os Zulus pela onda de genocídios e esvaziamentos territoriais, em áreas que, posteriormente, seriam ocupadas pelo colonato branco. Diferentemente de suas práticas no início da década, e nas cerimônias de passagem de poder a Cetshwayo, onde o administrador assumia o “manto” de Shaka, em seu ensaio, produzido nas vésperas da anexação do Transvaal, o primeiro *inkosi* passava a ser caracterizado novamente como uma figura tirânica e monstruosa. Esse discurso possuía implicações políticas, pois visava a desmobilizar simbolicamente a autoridade política de Cetshwayo, caracterizando a independência do Reino Zulu, e as suas instituições militares, como um risco e uma ameaça aos projetos coloniais britânicos, legitimados, na sua perspectiva, por princípios paternalistas que visavam disseminar a “civilização”.

Esses e outros textos (ao exemplo de romances, narrativas de viagem e tratados histórico-geográficos) produzidos a partir da perspectiva do colonato branco ou da administração colonial na segunda metade do século XIX evidenciam instâncias de apropriação da história política africana – reelaborada, ressignificada e até mesmo distorcida para atender aos objetivos do colonialismo e legitimá-lo publicamente. O caso de Theophilus Shepstone evidencia essas situações nas quais os usos do passado estão entrelaçados a contexturas políticas, no caso em questão, o esforço por parte da administração colonial em controlar terras e mão de obra africana. A mobilização da figura de Shaka, tanto nas práticas quanto nos discursos de Shepstone, demonstra o modo como a caracterização do *inkosi*, sob um ponto de vista do colonizador, visava reforçar o mito do barbarismo em torno dos Zulus, culpabilizando-os por episódios de violência desregrada ao longo do século XIX.

### Referências:

- AJAYI, Jacob Adeniyi. A África às vésperas da conquista europeia. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.
- BRANTLINGER, Patrick. Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent. *Critical Inquiry*, v.12, n.1, 1985, pp.185-186.
- COPE, R. L. Political Power Within the Zulu Kingdom and the Coronation Laws of 1873. *Journal of Natal and Zulu History*, v. 8, n. 1, 1985, pp. 11-31.
- CURRAN, Andrew. *The Anatomy of Blackness: Science & Slavery in na Age of Enlightenment*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2013.
- DUBOW, Saul. *A Commonwealth of Knowledge: Science, Sensibility and White South Africa (1820- 2000)*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ELDREDGE, Elizabeth. *The Creation of the Zulu Kingdom, 1815–1828: War, Shaka, and the Consolidation of Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- ETHERINGTON, Norman. Labour Supply and the Genesis of South African Confederation in the 1870s. *Journal of African History*, v.20, n.2, pp. 235-253, 1979.

- ETHERINGTON, Norman. The “Shepstone System” in the Colony of Natal and beyond the borders. In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (orgs.). *Natal and Zululand from Earliest Times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1989.
- ETHERINGTON, Norman. Bishop Colenso and Theophilus Shepstone: Partners in Christian Imperialism. *Journal of Natal and Zulu History*, v.33, n.1, 2019, pp. 1-22.
- BHEBE, Ngwabi. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- HAGGARD, H. Rider. *The Days of My Life*. Vol. 1. Londres: Longman’s, Green & Co., 1926.
- HAMILTON, Carolyn. *Terrific Majesty: The Powers of Shaka Zulu and the Limits of Historical Invention*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1998.
- IVEY, Jacob Mckinnon. *The White Chief of Natal: Sir Theophilus Shepstone and the British Native Policy in Mid-Nineteenth Century Natal*. Dissertação de Mestrado em História. Orlando, Florida: University of Central Florida, 2008.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: UNICAMP, 2010.
- MOKOENA, Hlonipha. Zuluness on Trial: Re-Reading John W. Colenso’s 1874 Langalibalele and the Hlubi Tribe: Being Remarks upon the Official Record. *Journal of African History*, v. 60, n. 1, 2019, pp. 67-85.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.
- RICHNER, Jürg Emil. *The historiographical development of the concept mfecane and the writing of early Southern African history (1820-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Rhodes University, Grahamstown, 2005.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos.  *Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: USP, 2017.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *O reino de Gaza: O desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SHEPSTONE, Theophilus. The Zulus. *Cape Monthly Magazine*, v.11, agosto de 1875, pp.95-104.
- VAN ONSELEN, Charles. *New Babylon, New Nineveh: Everyday Life on the Witwatersrand, 1886-1914*. Joanesburgo e Cidade do Cabo: Jonathan Bal Publishers, 2001.